

O BANCÁRIO

O único jornal diário dos movimentos sociais no país

Edição Diária 9011 | Salvador, segunda-feira, 20.01.2025

Presidente em exercício: Elder Perez

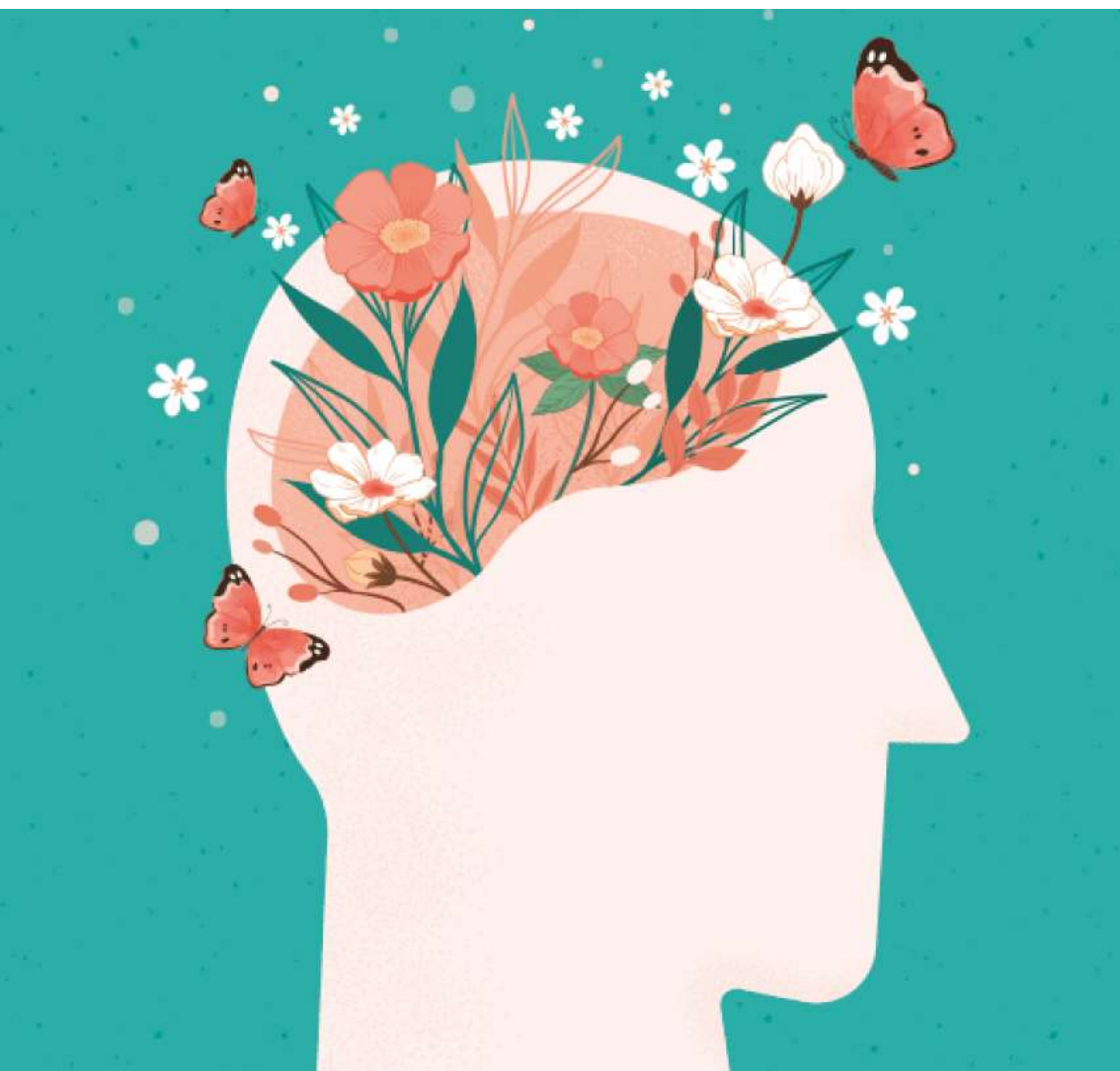


JANEIRO BRANCO

**Mais emprego,
família feliz**

Página 4

Campanha ajuda na saúde mental



Em 11 anos de criada, a campanha Janeiro Branco tem produzido resultados importantes para a saúde mental dos brasileiros, pois além de chamar atenção para o impacto das emoções no cotidiano, também destaca a necessidade de adoção de políticas públicas voltadas para o cuidado psicológico.

Página 2

Um convite ao autocuidado

Criada em 2014, a campanha prioriza a saúde mental

CAMILLY OLIVEIRA
imprensa@bancariosbahia.org.br

A CAMPANHA Janeiro Branco surgiu em 2014 para priorizar a saúde mental. O mês escolhido simboliza o recomeço, enquanto o movimento busca sensibilizar sobre o impacto das emoções no cotidiano e a necessidade de políticas públicas que garantam cuidado psicológico.

Dados da OMS (Organização Mundial da Saúde) mostram o Brasil liderando o ranking de transtornos de ansiedade, afetando 9,3% da população, enquanto a depressão atinge 5,8%.

Estes números são reflexo de um sistema que negligencia o bem-estar coletivo. Segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), apenas 15% dos municípios brasileiros possuem CAPS (Centros de Atenção Psicossocial), deixando milhões sem assistência adequada. Além disso, a pandemia intensificou o sofrimen-



to emocional, com aumento de 25% nos casos de transtornos mentais, segundo relatório da OMS. O estigma, associado à desigualdade no acesso à saúde, impede que muitos busquem ajuda.

Procurar apoio é crucial. UBS (Unidades Básicas de Saúde) oferecem encaminhamento

para atendimento especializado e o CVV (Centro de Valorização da Vida) disponibiliza suporte emocional gratuito pelo telefone 188. Garantir saúde mental para todos é um desafio coletivo que exige mobilização, investimento público e combate ao preconceito, criando uma sociedade mais inclusiva.



O Brasil é o segundo país com maior índice da Síndrome de Burnout

Burnout, doença ocupacional

COMO 30% dos brasileiros ocupados sofrem com a síndrome de *Burnout*, chegando à marca de segundo país no ranking mundial de casos, a OMS (Organização Mundial da Saúde) passa a considerar questão de saúde pública, incluindo na lista de doenças ocupacionais.

Atualmente, os trabalhadores sentem na pele a cobrança incessante por resultado, como é o caso dos bancários, submetidos a metas desumanas para que os bancos alcancem lucros cada vez mais altos, o que resulta em funcionários adoecidos com sintomas como esgotamento físico e mental, devido às

constantes pressões.

A OMS e a OIT (Organização Internacional do Trabalho) têm indicado os transtornos mentais, na atualidade, como problema de risco no trabalho, já que os afastamentos do trabalho por este motivo têm aumentado, frequentemente.

Os sintomas da síndrome podem se manifestar de várias maneiras. Toda atenção é necessária quanto à dificuldade de concentração, sensação persistente de esgotamento e falta de energia, ansiedade, irritabilidade, alteração no sono. Em casos graves, o *Burnout* leva à depressão, isolamento social e pensamentos suicidas.

Superação da pobreza

O BRASIL avançou na redução da pobreza entre crianças e adolescentes, reafirmando a importância de políticas públicas voltadas para o bem-estar social. De acordo com a Unicef, o percentual de jovens até 17 anos vivendo abaixo da linha da pobreza caiu de 25,4% em 2017 para 19,1% em 2023, impacto positivo para milhões de famílias.

Além do aumento na renda, a melhoria contempla acesso à água, saneamento básico, educação e proteção contra o traba-

lho infantil, elementos cruciais para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Êxito da democracia social.

Os avanços registrados demonstram o papel transformador de iniciativas como o Bolsa Família, que ampliou a abrangência e fortaleceu a renda de milhões de famílias. Em 2023, cerca de 4 milhões de crianças e adolescentes superaram a pobreza monetária com o apoio do programa.

A redução das privações em áreas básicas como saneamento, moradia e segurança alimentar reflete o compromisso em garantir direitos fundamentais, reforçando que a pobreza multidimensional é, acima de tudo, questão de justiça social.

Erradicar a pobreza infantil não é apenas uma questão moral, mas também uma base para o desenvolvimento sustentável do Brasil, assegurando que cada criança tenha acesso aos direitos essenciais para uma vida digna.



Menos pobreza entre as crianças

Aos trancos e barrancos

A nova legislação reduz os impostos, incrementa a economia e eleva a renda

ANGÉLICA ALVES
imprensa@bancariosbahia.org.br

DEU MUITO trabalho, principalmente para aprovação no Congresso, mas felizmente está saindo. A regulamentação da reforma tributária, promessa do governo Lula, representa um momento histórico para o sistema de impostos do Brasil. A Lei Complementar 214, sancionada pelo presidente, será implementada gradualmente até 2033.

Na prática, a reforma muda as regras sobre consumo e serviços e adota um sistema de impostos usados em vários países, baseado em um IVA (Imposto sobre Valor Agregado), que junta taxas e facilita a tributação. O imposto será dual, com contribuição sobre bens e serviços, de competência federal – unindo

os atuais PIS, Confins e IPI.

Além do Imposto sobre Bens e Serviços, junção do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) estadual e do ISS (Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza) municipal. Também tem o Imposto Seletivo, aplicado para desestimular o consumo prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente.

Este ano será uma etapa de experimentação,

na qual as notas fiscais indicam uma alíquota-teste da CBS e do IBS, mas sem cobranças. A intenção é que os contribuintes e o governo se adaptem ao novo sistema de “split payment”, mecanismo de pagamento.

Os efeitos da reforma, discutida há três décadas, deve ser sentido ao longo do tempo. Entre 10 e 15 anos, os brasileiros vão ter aumento de renda acima de 10% e crescimento do PIB (Produto Interno Bruto).



Melhor para os trabalhadores

COM A SANÇÃO do Projeto de Lei 68 da reforma tributária, a isenção para as entidades fechadas de Previdência Complementar e planos de saúde de autogestão – como a Funcef e o Saúde Caixa – está garantida. Assim, o pedido feito pelo movimento sindical ao governo federal foi atendido.

Se os fundos de pensão e planos de saúde fossem tributados, os trabalhadores seriam gravemente prejudicados, a exemplo da redução de até 14%

nos benefícios dos aposentados e o risco na sustentabilidade da assistência médica.

Importante lembrar que as entidades representativas junto aos empregados promoveram intensos debates e diálogos técnicos com o governo e o Congresso Nacional para reforçar os impactos negativos da mudança. Agora, o movimento sindical segue empenhado na construção de um sistema previdenciário e de saúde mais justos e acessíveis para todos.



Micro e pequenas empresas: 96% dos empregos formais em novembro

Pequenos negócios com mais emprego

AS MICRO e pequenas empresas, que sustentam a economia brasileira, geraram 96% das vagas de empregos formais no país em novembro de 2024. Este desempenho confirma o papel estratégico destes negócios, que, em sua maioria, integram comunidades locais, movimentam bairros e garantem o sustento de milhões de famílias.

Segundo levantamento do Sebrae com dados do Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), estas empresas foram responsáveis por 102,6 mil novos postos de trabalho,

enquanto o restante da economia contribuiu com apenas 4%.

No acumulado do ano até novembro, as MPEs criaram 65% das vagas formais, somando cerca de 1,4 milhão de empregos. Desde a padaria da esquina até pequenos comércios de bairro, estas iniciativas não apenas aquecem a economia, mas promovem coesão social e fortalecem os laços comunitários. A trajetória de crescimento do setor comprova que políticas de incentivo são cruciais para consolidar um Brasil mais justo e democrático.



A democracia social faz bem às famílias

A recuperação do nível de emprego expande os serviços

ANA BEATRIZ LEAL
imprensa@bancariosbahia.org.br

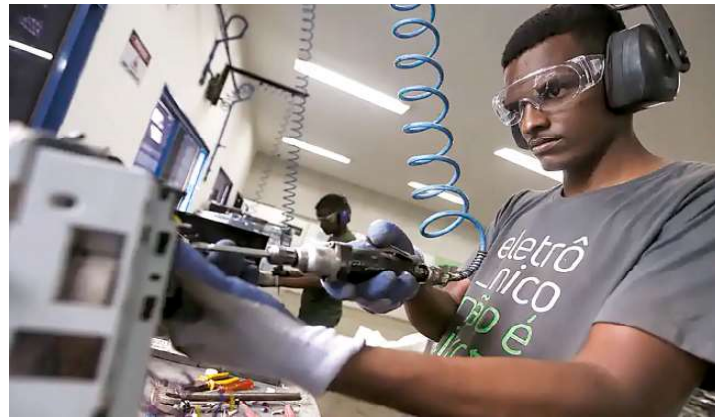
NÃO DÁ para negar. A vitória da democracia social tem mudado a realidade do Brasil. A queda do desemprego e a melhora do rendimento das famílias no ano passado fizeram com que os serviços prestados às famílias tivessem expansão.

Segundo os dados da PMS (Pesquisa Mensal de Serviços), divulgada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), no acumulado de maio a novembro de 2024, os serviços registraram alta de 6,7%,

na comparação com o mesmo período de 2023. Foram seis altas mensais e uma estabilidade (variação de 0%). Em 12 meses, o avanço chegou a 5%.

Somente em novembro o crescimento foi de 1,7% em relação a outubro. Essas ativi-

dades formam um dos cinco grandes grupos pesquisados pelo IBGE para avaliar o desempenho do setor de serviços como um todo, que incluem ainda transporte, correios, telecomunicações e Tecnologia da Informação.



Com a queda do desemprego, os serviços tiveram alta de 6,7%: ótimo



O Brasil deve crescer mais de 2% este ano

A ECONOMIA do Brasil deve seguir ritmo de crescimento neste ano. O relatório Perspectiva Econômicas Globais do Banco Mundial estima que o avanço chegue a 2,2%. Já o nível global deve ficar em 2,7%. A previsão é de o PIB (Produto Interno Bruto) brasileiro fechar 2025 em 3,2%.

A previsão do Brasil se iguala ao índice do Chile, ficando acima do México, com a estimativa de 1,5%. Para a América Latina e o Caribe, a perspectiva também é positiva, devendo alcançar a marca de 2,5%.

Apesar do crescimento, o relatório indica uma desaceleração no crescimento do Brasil, devido as altas taxas de juros, resultantes da sabotagem do bolsonarista Campos Neto, que antes de deixar a presidência do Banco Central, em dezembro, aumentou a Selic para 12,25%, gerando grandes prejuízos para a população e lucros fartos para os rentistas.

SAQUE

Rogaciano Medeiros

PASSOS LARGOS Bolsonaro recorreu da decisão do STF, baseada em recomendação da PGR, de não liberar o passaporte para ir à posse de Trump, nos EUA, hoje. Mas, ele sabe muito bem que não conseguirá reverter e a negação é um indício concreto de que a condenação e a cadeia se aproximam, a passos largos. Covarde como é, deve estar morrendo de medo.

CRIME TAMBÉM A teia fascinzista se dá não apenas em tentativas de golpe de Estado e *fake news* que desorientam a sociedade, mas também em declarações delinquentes que passam impunes, como a do governador de Santa Catarina, Jorginho Mello (PL), de que a cidade de Pomerode “se destaca pela cor da pele das pessoas”. Dias atrás, o prefeito de Porto Alegre, Sebastião Melo (MDB), defendeu ditadura.

MERECEM PUNIÇÃO Inaceitável, um governador - só podia ser bolsonarista - fazer apologia ao racismo, abertamente, como fez Jorginho Mello (PL), de Santa Catarina, e um prefeito, no caso Sebastião Melo (MDB), de Porto Alegre, outro reacionário, defender golpe de Estado. Exercem cargos públicos, não podem promover o crime. A institucionalidade tem obrigação de puni-los, para fortalecer o Estado democrático de direito. Se vai punir...

ESTILO FÊNIX A tragédia fascinzista tem alcance global, mas cada país terá de encontrar saída própria para a afirmação da democracia, da República e da civilidade. O Brasil, apesar de retrocessos recentes como a Lava Jato, a farsa do *impeachment*, a prisão ilegal de Lula e o governo Bolsonaro, tem conseguido renascer forte das cinzas. Com muito esforço, a legalidade está vencendo.

PALESTINA VIVE Após 15 meses de genocídio, com mais de 50 mil civis mortos, a maioria crianças e mulheres, o cessar-fogo em Gaza, que de fato não cessou tanto assim, pois Israel mantém ataques esporádicos, representa uma vitória da resistência do povo palestino, que contou com apoio, ajuda e solidariedade do mundo todo. No Brasil, do governo Lula e dos partidos de esquerda.